



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

A contradição em processo e seus limites: a crise na era do capitalismo senil

Francisco José Soares Teixeira

Como citar: TEIXEIRA, Francisco José Soares. A contradição em processo e seus limites: a crise na era do capitalismo senil. *In:* PINHEIRO, Jair (org.). **Marx:** crise e transição: contribuições para o debate hoje. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 91-106.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-597-1.p91-106>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO E SEUS LIMITES: A CRISE NA ERA DO CAPITALISMO SENIL

Francisco José Soares Teixeira

“O capital mesmo é a contradição em processo, pois tende a reduzir ao mínimo o tempo de trabalho enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza”

Marx, Grundrisse

1 A DIMENSÃO OBJETIVA DA CRISE

Quando Marx, no ano de 1848, em parceria com Engels, escreve o *Manifesto Comunista*, seu conhecimento da Economia Política (EP) ainda estava longe do que viria a ser dez anos mais tarde, quando redige, sob a forma de apontamentos, os *Grundrisse* (1857-1858), os quais seriam a base para a redação de *O Capital*. Mesmo sem domínio profundo da EP, isto não o impediu de intuir a dialética do desenvolvimento e destruição das forças produtivas ao longo da evolução do capitalismo. Compreendeu muito bem que [...] a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou [...].

E por que não pode? Porque o sistema capitalista, responde Marx (1988, p. 45)

[...] possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema tornou-se demais estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e a diminuição dos meios de evitá-las.

Qual é essa força que move o sistema produtor de mercadorias a criar-destruir-criar novas forças produtivas numa escalada progressista, que gera uma superacumulação de riquezas, que ultrapassa os limites do estômago do mercado? A resposta viria dez anos mais tarde quando Marx redige os manuscritos de 1857-1858. A aplicação da dialética à EP lhe permite compreender que o capital é a *contradição em processo*. É essa contradição que leva o processo de acumulação a

[...] reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. Diminui, assim, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de tempo excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – questão de vida ou morte - para o trabalho necessário. Por um lado, conjura todos os poderes da ciência e da natureza, bem como os da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza se torne (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, quer medir essas forças sociais gigantescas, assim criadas, pelo tempo de trabalho, e as conter nos limites exigíveis, para que o valor criado se conserve como valor. Para o capital, as forças produtivas e as relações sociais [...] aparecem apenas como meios, e para ele só são meios para produzir a partir de sua base limitada. (MARX, 1987, p. 229).

É essa dialética do desenvolvimento do capitalismo que explica as revoluções por que passou o capitalismo ao longo de sua evolução. Noutras palavras, é a avidez do capital por mais-trabalho, isto é, por mais-valia, que leva o sistema a revolucionar permanentemente sua base técnico-material de produção. Dessas revoluções, a primeira foi a invenção da máquina a vapor e das máquinas têxteis, em finais do século XVIII e princípios do XIX; a segunda ocorreu em meados do século XIX, com a descoberta das fontes de energia como o carvão e o petróleo, além do uso do ferro; a terceira está relacionada com a eletricidade, a invenção do automóvel e do avião em princípios do século XX até chegar à revolução informacional e biotecnológica, isto é, a chamada engenharia genética, que permite o homem a imitar Deus: criar vida.

Essas revoluções do processo produção foram tão longe que há quem defenda a ideia de que o capitalismo entrou em sua fase senil¹. De tão gordo, já não anda com tanta pressa. Prova disto são as taxas de crescimentos das economias que se arrastam, com exceção da China e da Índia, em torno de 2,0% a 2,5%.

Alguns indicadores dão prova dessa fase senil do capitalismo. Dentre eles destaquem-se:

(1) a decadência da economia Norte Americana

Atualmente, essa economia vive da importação dos excedentes produzidos por outras grandes potências, principalmente a China, que detém grande parte dos títulos de sua dívida. De exportador que fora no passado, os Estados Unidos da América do Norte transformaram-se numa economia importadora, assumindo assim a função de amortecer a crise de superprodução crônica das grandes potências. Mas até quando a economia norte-americana continuará a exercer esse papel?

(2) Um segundo indicador de senilidade, como assim diria Przewoski, é a libertação do capital de todas as cadeias impostas pela democracia.

Como assim? Em que sentido o capital se libertou da regulação estatal? A resposta não é difícil, mas requer algumas mediações. Atualmente,

¹ Este conceito foi criado por Roger Dangeville, em 1978, para definir essa nova fase do capitalismo, que ele designou de como capitalismo senil. Este conceito foi retomado depois por Jorge Beinstein, professor da Universidade de Buenos Aires.

o capital rompeu os limites da divisão social do trabalho; diferentemente do que fora no passado, hoje o capital deixou de ser apenas uma unidade dentro da cadeia da produção social, voltada para produzir uma mercadoria específica e destinada a satisfazer uma necessidade particular. Cada unidade de capital é, agora, um lugar abstrato de valorização de valor, não importando a forma concreta que assume; ela é, a um só tempo, capital-dinheiro, capital produtivo e capital comercial. Todas essas formas de existência do capital são igualmente meios milagrosos para fazer do dinheiro mais dinheiro. (BEINSTEIN, 2009).

A partir de então, não há mais domínio de uma fração do capital sobre as demais, pois cada unidade de capital (empresa) opera simultaneamente como capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Essas diferentes formas de existência do capital não estão mais subsumidas ao capital financeiro, pois o capital se tornou uno, sem formas empiricamente distinguíveis. Consequentemente, uma empresa industrial é tão especulativa quanto o é o capital financeiro. Prova disto é o fato de que 40% dos lucros das grandes corporações industriais japonesas, por exemplo, são provenientes de atividades não-operacionais, isto é, são produtos de especulação no mercado financeiro. É, portanto, um erro político acreditar que o combate ao capital financeiro recolocaria a economia nos trilhos da prosperidade, como acreditam aqueles que veem no neoliberalismo a causa da crise do capitalismo.

Não sem razão, para Chesnais, o objetivo de cada unidade de capital, notadamente a empresa multinacional,

[...] é a auto-valorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital têm, em última análise, caráter contingente. Nessas condições, um dos atributos ideais do capital, que é também, mais do que nunca, um dos objetivos concretos colocados pelos grupos, é a mobilidade, a recusa a se prender a determinadas modalidades de comprometimento setorial ou geográfico - qualquer que tenha sido sua importância na formação e crescimento do grupo - , bem como a capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir. (CHESNAIS, 1996, p. 81).

Essa mobilidade transnacional do capital impede que o chamado Estado-nação possa disciplinar o movimento de capitais, impondo-lhe controle sobre a compra e venda da força de trabalho. Com efeito, como impor limites legais ao capital que hoje produz suas mercadorias através de uma cadeia global de produção, que transcende as fronteiras de centenas de países, cuja maioria deles não tem uma legislação trabalhista? Um bom exemplo é a fábrica da Apple na China. Neste país encontra-se a maioria das fábricas de *iPode* e *iPhone*, *no entanto*, essas *fábricas* contam com fornecedores de Taiwan, Singapura, Filipinas, Malásia, Tailândia, República Tcheca, dos EUA, e do Japão.

(3) Hipertrofia financeira da economia e a perda do poder do Estado para disciplinar e normatizar o processo de acumulação de capital.

Essa extrema mobilidade do capital é também uma das características do processo de *financeirização* da economia. Com efeito, no movimento de *financeirização* do processo de acumulação, como apropriadamente esclarece Braga, “... se insere a interdependência patrimonial - e não apenas comercial e creditícia, como antes, dos proprietários dos principais países industrializados, pela qual seus ativos e passivos estão conectados a ponto de tornar a gestão público-privada da riqueza forçosamente interativa e supranacional, ainda que sem a coordenação virtuosa pretensamente almejada pelo G-7”. Em consequência disso, acrescenta que nessa dinâmica da *financeirização* da economia

[...] está a transformação das finanças públicas em reféns ao ponto de lhes reduzir sensivelmente a capacidade de promover o gasto autônomo dinamizador do investimento, da renda e do emprego; de tornar *financeirizada* a dívida pública que, como tal, sanciona os ganhos financeiros privados e amplia a *financeirização* geral dos mercados. (BRAGA, 1997, p. 238-238).

(4) Outro indicador de senilidade do capitalismo é revelado pela crise energética em que mergulhou o sistema. Atualmente mais de 80% da matriz energética do mundo é composta de recursos naturais não renováveis (petróleo, gás natural e carvão mineral). Bernstein (2009) lembra que

[...] é importante não que esquecer que o capitalismo industrial pôde avançar desde o final do século XVIII porque conseguiu se tornar independente dos recursos energéticos renováveis, que o submetiam a seus

ritmos de reprodução, e impor sua lógica aos recursos não renováveis: o carvão, seguido mais adiante pelo petróleo. Essa proeza depredadora (que nos levou ao desastre atual) foi o pilar decisivo da construção de seu sistema tecnológico articulador de uma complexa e evolutiva rede de procedimentos produtivos, produtos, matérias primas, hábitos de consumo, etc., ligando o desenvolvimento científico e as estruturas de poder.

(5) *Crise ecológica*, que tem como principal causa a matriz energética extremamente poluente. Não é fácil enfrentar esse problema. A maior dificuldade é o capital financeiro. Com efeito, sem incluir as empresas estatais, as reservas de combustíveis fósseis estão nas mãos de 200 empresas. Tais reservas, afirma Nadal (2013),

[...] já estão anotadas em seus balanços com um enorme valor monetário. Uma avaliação destas empresas admite que essas reservas serão efetivamente realizadas, o que significa que serão extraídas e utilizadas. Do ponto de vista contábil, ninguém está preocupado se a utilização dessas reservas é suficiente para ultrapassar o perigoso patamar dos graus centígrados. A mudança climática não é um conceito contábil.

(6) *Finalmente*, vem a crise urbana como um dos mais complexos indicador de senilidade do capitalismo. Não é preciso ser especialista no assunto para saber que as cidades ocupam destaque central da mídia, com seus desastres decorrentes de

[...] enchentes, desmoronamentos com mortes, congestionamentos, crescimento exponencial da população moradora de favelas (ininterruptamente nos últimos 30 anos), aumento da segregação e da dispersão urbana, desmatamentos, ocupação de dunas, mangues, APPs (Áreas de Proteção Permanente) APMs (Áreas de Proteção dos Mananciais), poluição do ar, das praias, córregos, rios, lagos e mananciais de água, impermeabilização do solo (tamponamento de córregos e abertura de avenidas em fundo de vales), ilhas de calor... e mais ainda: aumento da violência, do crime organizado em torno do consumo de drogas, do stress, da depressão, do individualismo, da competição. As cidades fornecem destaques diários para a mídia escrita, falada e televisionada.

2 A DIMENSÃO POLÍTICA DA CRISE E A PARTICIPAÇÃO DA “CLASSE TRABALHADORA” COMO SUA COADJUVANTE

Um exame desapassionado da política da Socialdemocracia revela que essa instituição, em que pesem suas nuances de país para país, foi e continua sendo uma política de colaboração de classe. Sócia do capital, a Socialdemocracia transformou-se num partido da ordem, no governo ou fora dele. Essa história vem de longe. Desde os tempos em que ela abandonou a luta pelo socialismo por uma política de reformismo do sistema. Ninguém melhor do que Lênin para falar dessa inflexão. Na primavera de 1916, escreve uma pequena brochura, com um pouco mais de 120 páginas, cujo título é de todos conhecido, *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. Sua intenção, de um lado, era atualizar *O Capital*, para mostrar que o capitalismo de sua época não era mais aquele que Marx tinha diante dos olhos; de outro, mostrar que a luta pelo socialismo, na fase imperialista do capitalismo, mais do que nunca perdeu seu caráter nacional, para se transformar numa luta pela libertação da humanidade do domínio do capital. Nessa fase, o que está em jogo não é mais a luta contra a exploração das burguesias nacionais, mas, sim, contra a burguesia mundial, que partilhou o mundo entre seus pares, de tal sorte que, não havendo mais o que conquistar, restava apenas redistribuir entre eles o que já se encontrava sob seu domínio (²LENIN, 1982, p. 75-76). Daí sua crítica ao oportunismo dos socialdemocratas, em especial a Kautsky e a Hilferding. Referindo-se ao primeiro deles, Lênin (1982, p. 73) escreve:

[...] certos autores burgueses [...] exprimiram a opinião de que os cartéis internacionais, uma das mais acentuadas expressões da internacionalização do capital, permitiram ter a esperança de que a paz há de reinar entre os povos em regime capitalista. Do ponto de vista teórico, esta opinião é inteiramente absurda; e do ponto de vista prático, é um sofisma e um meio de defesa desonesto, do pior oportunismo [...]. Kautsky comete o mesmo erro. E, evidentemente, o que está em jogo não é a burguesia alemã, mas a burguesia mundial.

² Pela primeira vez, o mundo se encontra inteiramente partilhado, de tal modo que, no futuro, unicamente se poderá pôr a questão de novas partilhas, isto é, da transição de um 'possuidor' para outro e não da 'tomada de posse' de territórios sem donos.

Ora, diz Lênin, quando o mundo já se encontra totalmente partilhado entre um punhado de grandes monopólios, é um erro, como assim cometeram os kautskistas, tentar atenuar esse fato

[...] dizendo que ‘seria possível’, sem política colonial, ‘dispendiosa e perigosa’, procurar matérias-primas no mercado livre, e que seria ‘possível’ aumentar em proporções gigantescas a oferta de matérias-primas, graças a uma ‘simples’ melhoria nas condições da agricultura em geral. Estas declarações, porém, redundam na apologia do imperialismo, na sua idealização, pois silenciam a particularidade essencial do capitalismo contemporâneo: os monopólios. O mercado livre cada vez mais se distancia no passado; os sindicatos e os trustes monopolistas limitam-no a cada dia que passa. E, a ‘simples’ melhoria das condições da agricultura reduz-se à melhoria da situação das massas, à alta dos salários e à diminuição dos lucros. Mas existirão, para lá da imaginação dos suaves reformistas, trustes capazes de se preocuparem com a situação das massas em vez de pensarem na conquistas de colônias? (LÊNIN, 1982, p. 82).

Sua crítica assume um tom cáustico, quando, mais adiante, assevera que,

[...] se a luta contra a política dos trustes e dos bancos não atingir as suas bases econômicas, ela reduzir-se-á a um reformismo e a um pacifismo burguês, a piedosos e inofensivos desejos. Iludir as contradições existentes, esquecer as mais essenciais em vez de lhes desvendar toda a profundidade, eis ao que conduz a teoria de Kautsky que nada tem de comum com o marxismo. (LÊNIN, 1982, p. 92).

Críticas ao vento! Os oportunistas social-democratas fizeram vista grossa às censuras de Lênin. Com seus discursos do tipo “deem-nos 50,1% dos votos e realizaremos vossos objetivos”, ganharam a confiança da classe trabalhadora e conquistaram não poucas vitórias políticas e econômicas. Conseguiram transformar o voto censitário num direito universal; em muitos países europeus, reduziram a semana de trabalho de 72 para 35 horas; ampliaram o sistema de proteção social e, hoje, os inválidos e doentes contam com serviços de assistência médica e aposentadoria; criaram o seguro-desemprego; universalizaram a educação; além de outros direitos sociais e políticos.

Mas é preciso considerar o reverso da medalha. Não se pode esquecer que todas essas conquistas foram realizadas a um preço muito alto, cujas cifras estão registradas na história com números indelévels de sangue e fogo. O balanço é de Mandel (1990), para quem a social-democracia internacional, com honrosas exceções, justificou e facilitou a carnificina de dez milhões de seres humanos durante a Primeira Guerra Mundial, em nome de pretensas razões de defesa nacional. Os governos social-democratas, ou com a participação da social democracia, organizaram ou defenderam guerras na Indochina, Malásia, Indonésia e Argélia. Foram mais longe ainda. Defenderam práticas de torturas e limitaram as liberdades democráticas na Índia, Indonésia, Egito, Iraque e Singapura. Protegeram o regime do *apartheid* na África do Sul. Participaram da Guerra Fria, além de se tornarem cúmplices das políticas imperialistas. Em nome do grande capital, apoiaram e organizaram as políticas de austeridade monetárias e fiscais, que tiveram como consequência o desmantelamento do Estado social, que ajudaram a construir.

Não é de admirar que a direita ocupa cada vez mais “cadeiras” nos parlamentos europeus e no resto do mundo. Caso emblemático desse avanço da direita é a recente vitória das forças conservadoras nas eleições para o Parlamento Europeu, no dia 7 de junho deste ano. As razões dessa vitória vêm de longe, bem antes do início da crise atual. Como apropriadamente esclarece Fiori (2009),

[...] a derrota dos social-democratas e o declínio da esquerda, já vinha de antes (sic), e não reverteu nestas últimas eleições por uma razão muito simples: os social-democratas são parte essencial da própria crise. Relembrando uma história conhecida: a social-democracia europeia abandonou a “utopia” socialista, depois da II Guerra Mundial, e só se converteu às teses e políticas keynesianas, no final da década de 50. Mas em seguida, a partir dos anos 70, aderiu às novas teses e políticas neoliberais hegemônicas até o início do século XXI. E até hoje, na burocracia de Bruxelas, e dentro do Banco Central Europeu, são os social-democratas e os socialistas que em geral defendem com mais entusiasmo a ortodoxia macroeconômica e liberal. Neste momento, por exemplo, o ministro das Finanças alemão, o social-democrata Peer Steinbruech, é considerado por todos como a autoridade financeira mais ortodoxa e radical, nos governos das grandes potências capitalistas. Além disto, os social-democratas e socialistas europeus não participaram da origem do projeto de integração europeia, e nunca conseguiram

ram formular uma visão consensual do projeto de unificação. Portanto, nestas últimas eleições parlamentares, os social-democratas e socialistas europeus não podiam ser vistos como uma alternativa frente à crise do modelo neoliberal, porque eles são de fato uma parte essencial da própria crise, e além disto não dispõem de nenhuma proposta específica para os impasses atuais da União Europeia.

3 A DIMENSÃO PLANETÁRIA DA CRISE E O DESBOTAMENTO DA ESQUERDA BRASILEIRA

Não há como duvidar: o capitalismo há muito já cumpriu, como diria Marx, sua missão civilizatória. Entrou numa fase, ao que tudo indica, em que não dispõe mais de meios para superar a crise, cuja principal causa reside em sua própria natureza: um sistema movido por uma contradição em processo que o empurra, *por necessidade interna*, para atingir o limite de sua expansão lucrativa. Movido por essa contradição interna, ao buscar reduzir os gastos com trabalho, para aumentar sua produtividade e lucro, a fome vampiresca do capital exige que este monstro continue se alimentando de trabalho vivo. Essa dialética, que empurra o capital para reduzir o tempo de trabalho, ao mesmo tempo em que faz dele a única fonte de sua valorização, tende a levar o sistema ao limite da produção do valor como valor. Nessas condições, como diria Marx nos *Grundrisse*, estariam postas “as condições materiais para provocar a implosão” da produção da riqueza como valor. O sistema entraria num estágio de produção em que as despesas com capital constante superariam a economia realizada com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Com efeito, o modo de produção capitalista caracteriza-se por sua tendência inerente de criar mais-valia relativa. Somente assim, o capital consegue expandir progressivamente as forças produtivas e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento da riqueza social. Mas isto o capital só consegue realizar na medida em que coloca crescentes barreiras contra sua expansão a ponto de atingir um limite em que não é mais possível superar suas dificuldades de valorização. Na medida em que o tempo de trabalho necessário se reduz, como assim demonstra Marx nos **Grundrisse**, o ganho de mais-valia global é cada vez mais insignificante. No exemplo utilizado por ele, supõe que se o capital, depois de contínuas reduções do tempo de trabalho necessário, multiplicasse a produtividade por mil, a mais-valia total não chegaria a au-

mentar um milésimo³. Noutras palavras, a economia de trabalho vivo é tão insignificante que não compensa os gastos adicionais com trabalho morto. Isto mostra que o capitalismo é um modo de produção transitório, pois sua fome por mais-trabalho acaba por privá-lo do alimento que o mantém respirando: o trabalho vivo.

Tudo indica que essa tendência do capital tornou-se realidade. O capital parece ter atingido esse estágio: opera num limite em que a economia de trabalho vivo tende a se reduzir a ponto de não mais compensar os gastos adicionais com capital constante. Mas o que dizer da corrida do capital, notadamente a partir dos anos 70 do século passado, em busca de países com mão-de-obra abundante e barata? Não é uma prova de que o capital está longe de atingir aquele limite? A tese que aqui se defende entende essa questão de forma diferente. A corrida do capital por trabalho fácil e barato é uma tentativa para compensar a enorme economia de trabalho vivo realizada pelo grande capital, que transformou o *layout* de suas estruturas produtivas num gigantesco esqueleto mecânico, onde se pode caminhar por suas vértebras, metros e mais metros, sem encontrar uma “viva alma. Mas, uma vez que o capital é incompatível com a automatização absoluta do processo de produção, isto o obriga a buscar sua fonte de alimento (trabalho vivo) em países que não fazem parte do seletto grupo das economias, nas quais o processo de trabalho perdeu plenamente o caráter de processo de trabalho; o homem se apropriou do *logos* da natureza e, assim, transformou o processo de trabalho semelhante ao processo de produção das ciências. É neste sentido que se pode dizer que o processo de trabalho se transformou em processo de produção, cuja unidade está, agora, integralmente fundada nas ciências e não mais no trabalho, como de certa forma foi durante o desenvolvimento da grande indústria, tal como se encontra exposta nas páginas de *O Capital*⁴.

³ Rosdolsky, (2001, p. 198): “Suponhamos que a duplicação da produtividade tenha reduzido o trabalho necessário de $\frac{1}{2}$ dia para $\frac{1}{4}$ de dia, fazendo com que o capitalista ganhe $\frac{1}{4}$ de dia como mais-valia relativa. Suponhamos ainda que a produtividade duplique novamente. O tempo de trabalho cairia de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{8}$ de dia. Qualquer crescimento posterior da produtividade acarretaria um menor crescimento relativo da mais-valia. ‘Se o trabalho necessário se reduzisse a $\frac{1}{1000}$ da jornada, a mais-valia total seria igual $\frac{999}{1000}$. Se, neste caso, a produtividade fosse multiplicada por mil, o trabalho necessário se reduziria a $\frac{1}{1.000.000}$ desse mesmo dia e a mais-valia total atingiria $\frac{999.999}{1.000.000}$ desse mesmo dia. [...] Portanto, teria aumentado $\frac{999}{1.000.000}$ [...]. Ou seja, com a multiplicação por mil da produtividade, ela não chegaria a aumentar um milésimo [...]”.

⁴ Para uma análise mais detalhada dessa questão ver Teixeira e Frederico (2008).

Mas, mesmo nessas economias, nas quais o trabalho vivo, se não desapareceu, foi reduzido ao mínimo, necessitam de trabalho vivo. Para tanto, de um lado, o capital ressuscita formas de trabalho que há muito haviam sido superadas, como o trabalho em domicílio, por exemplo; por outro lado, flexibiliza as relações de trabalho mediante o relaxamento da legislação trabalhista, para permitir a criação de postos de trabalho por tempo determinado, temporários etc.

Esse capitalismo, empurrado por sua dialética interna e que, por isso mesmo, conjurou enormes forças produtivas, a ponto de converter o processo de trabalho em processo plenamente de produção, transformou a classe trabalhadora num monturo de vendedores de força de trabalho a varejo. Estes vivem, agora, perambulando pelas ruas e portas de empresas oferecendo sua força de trabalho a qualquer preço, sem mais se importarem com as condições que lhes são impostas pelo capital. Com efeito, de tanto intelectualizar o processo de produção de valores, o capital acabou por retirar do exército industrial de reserva sua clássica função reguladora do preço da força de trabalho; o mercado de trabalho se transformou numa imensa reserva de mão-de-obra permanentemente sobran-te.

Essa realidade atinge indistintamente todos os países. Afinal, o capitalismo, como discutido antes, envelheceu, entrou em sua fase senil, arrastando todo o Planeta para dentro do atoleiro em que se encontra nessa sua “fase terminal”, que se prolonga numa agonia sem fim. Com efeito, a crise ecológica é uma crise planetária, nenhum país esta fora dela. A crise urbana é muito mais profunda na periferia do capitalismo, que caminha rapidamente para transformar o mundo todo numa grande favela. A financeirização da economia mantém todos os países presos em sua teia. Como um fantasma, ronda ameaçadoramente o mundo todo. Com uma agravante: a enorme mobilidade do capital retirou do Estado seu poder regulatório dos movimentos de valorização do valor; noutras palavras, o Estado tornou-se refém do capital.

Não é sem razão que, hoje, o capitalismo entrou numa fase de acumulação em que não é mais possível conjugar crescimento econômico com desenvolvimento social. Neste sentido, o capitalismo já deu o que tinha de dar; não cabe mais reformas como as que deram origem à construção do Estado do Bem Estar social. Hoje, não é possível combater a miséria

e o desemprego com políticas oportunistas de estratégia de sobrevivência, como é o caso da economia solidária, que prefere atuar nas franjas e brechas do sistema sem romper com a sua lógica perversa. Política oportunista, na medida em que tenta produzir valores de uso por meio da compra de mercadorias, para transformá-los em valor de troca no mercado. Seu voluntarismo oportunista salta aos olhos quando faz uso do Estado, como se esta instituição fosse um ente público impessoal, imune aos interesses de classes. O mesmo acontece com as políticas afirmativas de gênero e de distribuição de cotas de acordo com o pigmento da pele da pessoa. Ora, no Brasil, a exclusão social não é um problema de raça, de etnia, mas, sim, de classes. Se se pode falar de etnia, de raças excluídas, isto vale para um país como a Bolívia, onde quase setenta por cento da população é composta de índios, que não participam do mercado nem têm direitos sociais. Mesmo assim, por trás dessa exclusão étnica, bate latente um problema de classes, cujas raízes vêm desde os remotos tempos, para falar como Eduardo Galeano, em que os europeus se lançaram mar adentro e fincaram seus dentes na garganta dessa comarca, que hoje se chama América Latina.

A esquerda nega-se a encarar a realidade de frente. Prefere enveredar pelo caminho das políticas multiculturalista, que se apoiam, de um lado, na luta contra discriminação de raça, gênero e orientação sexual e, por outro, na luta pelo combate à pobreza ancorada na integração dos pobres ao mercado de consumo. Assim procedendo, a esquerda brasileira, como se encontra na crítica de Lenin à Socialdemocracia do seu tempo, prefere “Iludir as contradições existentes, esquecer as mais essenciais em vez de lhes desvendar toda a profundidade”. Como foi obrigado a reconhecer Celso Furtado, no apagar das luzes de sua existência, a questão social não pode mais ser enfrentada com políticas do tipo de assistência à pobreza, como o faz o programa Bolsa Família do PT. O mundo mudou, dizia ele, e

[...] hoje, mesmo na Europa, não se vê horizonte para uma relativa harmonia baseada no pleno emprego. Para manter o nível de agressividade das economias capitalistas tornou-se necessário abandonar as políticas de emprego. O aumento de produtividade se desassociou de efeitos sociais benéficos. Esta é a maior mutação que vejo nas economias capitalistas contemporâneas. (FURTADO, 2000, p. 18).

Furtado não é uma voz isolada. Juan Somavia, diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não acredita que o crescimento econômico possa gerar postos de trabalho suficientes para acabar com o desemprego. Segundo ele, em 2004, a taxa de crescimento da economia mundial, que foi da ordem de 5,1%, resultou apenas num aumento de 1,8% no número de pessoas ocupadas. Mas isso ainda não traduz toda a questão. Até 2015, argumenta Somavia (2007), “[...] cerca de 400 milhões de pessoas se incorporarão à força de trabalho. Isto quer dizer que mesmo que se consiga um crescimento acelerado do emprego para produzir 40 milhões de postos por ano, a taxa de desemprego baixaria apenas 1% em 10 anos”.

No Brasil, as perspectivas para o trabalho são igualmente desanimadoras. Estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o mercado de trabalho no Brasil está encolhendo. Uma pesquisa realizada por essa instituição, na indústria automotiva, revela que, nos anos 80, para uma capacidade de produção de um milhão e quinhentos mil veículos, este setor empregava 140 mil trabalhadores. Hoje, para uma capacidade de produção de três milhões de veículos, as montadoras empregam apenas noventa mil trabalhadores.

Nesse contexto, os famigerados programas de requalificação profissional pouco ou quase nenhum impacto têm sobre as taxas de desemprego. Com efeito, tais programas, como assim reconhece Azeredo (1999, p. 38-39),

[...] dependem diretamente do desempenho da economia. Além disso, em um contexto de taxas de desemprego significativas, “a eficiência dos programas tende a reduzir-se pela disputa de um maior número de desempregados pelas vagas existentes”. Essa é também a opinião de Kapstein, que afirma que “as políticas microeconômicas, como a expansão do ensino e do treinamento, são necessárias para equipar os trabalhadores com as qualificações que lhes permitem reingressar no mercado de trabalho ou encontrar melhores perspectivas de carreira. Mas essas políticas e programas são de pouco valor se a economia não estiver produzindo bons empregos”.

Além de tais limitações, os programas de qualificação aparecem como um verdadeiro *contra-senso histórico*; contra-senso por querer fazer do trabalhador um instrumento de produção estratégico, justamente numa época em que o processo de trabalho já se transformou em processo

de produção, no sentido de que o trabalho deixa de ser a sua unidade dominante. Mais do que isto, esses programas se movem na direção oposta à lógica de crescimento da acumulação de capital, cuja tendência é reduzir os custos salariais na composição das despesas do capital. Ora, a qualificação generalizada da força de trabalho teria como efeito imediato encarecer o preço desta mercadoria para o capital, fazendo com que os salários consumissem uma proporção relativamente crescente do preço de custo do capital. Um absurdo, considerando que a *lei geral da acumulação* (MARX, 1985) capitalista mostra precisamente o contrário: as despesas com capital constante (máquinas, equipamentos, matéria-prima etc.) crescem relativamente mais do que os gastos realizados com sua parte variável, isto é: com o pagamento da força de trabalho.

Os dirigentes políticos do Estado brasileiro dão as costas a essa realidade e decidiram fazer da opção preferencial pelos pobres o eixo de sua “política social”; uma verdadeira apologia da práxis da miséria: um prato de comida a quem tem fome vale mais do que qualquer projeto de transformação da economia a longo prazo. Quem tem fome não pode esperar. Daí porque o Bolsa Família não foi além de um programa voltado para manter a pobreza assistida.

É nesse contexto que nasce a política neodesenvolvimentista, uma política que vai ao encontro dos interesses do grande capital, uma política de colaboração de classe, cuja a última palavra é dada pelo capital.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, B. *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira*. Organização de Cláudio de Savalori Deddeca. São Paulo: Associação de Estudos do Trabalho – ABET, 1999. p. 38-39.

BERNSTEIN, J. *A crise na era senil do capitalismo*. Disponível em: <<http://resistir.info/>>. Acesso em: 15 jan. 2014. (Original encontra-se em *El Viejo Topo*, Barcelona, n. 253, fev. 2009).

BRAGA, J. C. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *O poder do dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 195-252.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

FIORI, J. L. Entre Berlim e o Vaticano. *Carta Maior*, 16 jun. 2009. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Entre-Berlim-e-o-Vaticano/20864>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

FURTADO, C. Estão liquidando a soberania do Estado: entrevista concedida a CORECON. In: BENJAMIN, C.; ELIAS, L. A. (Org.). *Brasil: crise e destino: entrevistas com pensadores contemporâneos*. São Paulo: Expressão popular, 2000. p. 13-20.

LÊNIN, V. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1982.

MANDEL, E. Situação e futuro do socialismo. In: *O Socialismo do Futuro: Revista de Debate Político*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, v. 1, n. 1, p. 84-86, 1990.

MARX, K. *Elementos fundamentais para la crítica da economia política: borrador 1857-1858*. México: Siglo Veintiuno, 1987. V. 2.

MARX, K. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

Marx, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Liv.1.

NADAL, A. Capital financeiro e mudança climática. *Carta Maior*, 12 fev. 2013. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Capital-financeiro-e-mudanca-climatica/3/27397>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

SOMAVIA, J. A geração do milênio procura trabalho para superar a pobreza. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br/news>. Acesso em: 20 jan. 2014.

TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. *Marx no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2008.